

ENTREVISTA **MARCOS COSTA LIMA**

Cientista político, diretor do Núcleo de Estudos Regionais da Universidade Federal de Pernambuco

**TURISMO**

“Ao contrário do que dizem, não é salvação da região, porque emprega pouca gente”

**SECA**

“Ela ainda existe, mas o número de retirantes caiu. O sertanejo tem condições de ficar”

# A superação do atraso

O Bolsa-Família até diminuiu a fome. Mas o Nordeste clama por um programa de desenvolvimento

**Christian Carvalho Cruz**

Da civilização do açúcar esmiuçada por Gilberto Freyre à morte em que se morre de velhice antes dos 30 cantada por João Cabral de Melo Neto. Das vidas secas de Graciliano Ramos à geografia da fome de José de Castro. Da intervenção planejada de Celso Furtado no comando da Sudene à terra arrendo de Luiz Gonzaga. O que mudou no Nordeste? Muito, e quase nada. Com o Bolsa-Família, a fome diminuiu – e isso não é pouca coisa num quinhão de Brasil que concentra a metade dos acidentados pela insegurança alimentar grave. Por estes anos recentes tem até sobrado um dinheirinho para que a população finalmente entre no maravilhoso mundo do consumo. Estudo da FGV Projetos divulgado pelo Estado essa semana detectou aumento do número de casas com geladeiras, fogões, freezers, lavadoras e computadores em todos os Estados da região, entre 2001 e 2007.



DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS - 'O Estado brasileiro jogou recursos nas indústrias do Sul e deixou o Nordeste nas mãos dos coronéis'

Há 50 anos o Estado de Kerala, na Índia, que tinha uma realidade semelhante à do Nordeste brasileiro, iniciou um projeto de equalização regional. Hoje, é um oásis de Primeiro Mundo em um país com indicadores sociais ruins

Por que o incremento de renda proporcionado pelo Bolsa-Família não significou melhora na qualidade de vida dos nordestinos pobres? Muitos entraram no mercado de consumo, mas continuam a morar em palafitas, sem saneamento básico. O processo habitacional é mais complicado do que a compra de um fogão. A classe média adquire seu imóvel em financiamentos de 20 anos. Mas não existe política habitacional para o pobre, embora o governo federal acene agora com um grande projeto de moradias populares. Bem-estar e desenvolvimento não estão associados apenas ao incremento da renda, mas também ao acesso a saneamento básico, saúde, educação, habitação. O Bolsa-Família é uma política nacional de combate à pobreza. Como há uma larga concentração de pobres no Nordeste, a região se beneficiou muito do programa. Mas ele é nacional. Falta ao governo Lula uma política de desenvolvimento regional. Durante muito tempo as políticas regionais, embora tímidas e erradas (porque não eram trabalhadas de forma integrada), surtiram algum efeito. Só que elas foram abolidas do Brasil. Quem não se lembra do BNH? Desapareceu nos anos 80. Do mesmo modo cessaram os investimentos em saúde, educação, tudo parou na base da pirâmide e só agora alguma coisa vem sendo retomada. Para uma região historicamente deficitária em esses pontos, a situação piorou, os problemas se acumularam. Nenhum país se sustenta unificado, a não ser pela violência (de um governo opressor), se não existir uma política de equalização regional.

Mas quase não se ouve mais falar tanto de seca, de refugiados, como nos anos 70 e 80. O número de retirantes diminuiu. Hoje o pobre do interior tem condições mínimas que sejam, de ficar. Ele não precisa fugir da seca, porque o dinheiro de programas como o Bolsa-Família e a previdência rural segura ele lá. Luiz Gonzaga, o rei do baião (o *de Exu, sertão pernambucano*), dizia que o cabra só sai da terra natal em último caso, pois ali está seu enraizamento social. Quando sai é porque não vê mais perspectiva.

bém investimentos como os de Suape (PE), onde haverá um estaleiro, e os do Ceará, que terá uma siderúrgica. Esses investimentos, que agora impactam o emprego urbano local, beneficiarão todo o Nordeste em dez anos, porque são capazes de criar uma economia sustentável. Mas precisa ir além.

De que maneira? Um ponto que dará resultado se o governo atacar é o saneamento básico. A maioria das cidades do Nordeste tem só 30% dos domicílios ligados à rede de esgoto. Os resultados seriam multiplicadores: geraria emprego, consumo, crescimento econômico, além de evitar que as pessoas busquem o hospital – que é caro para o Estado – para tratar doenças causadas por esse tipo de carência. Outro ponto: o Nordeste é uma região com forte peso agrário. Então, carece de uma política de crédito para o pequeno agricultor, de uma reforma agrária assistida. Não adianta só entregar terra a quem não tem. Precisa dar suporte tecnológico, crédito, orientação técnica, para que as pessoas se fixem na terra. Se você compara o que o BNDES investe em grandes empresas que se instalam no Nordeste com o que aplica na pequena produção rural, a diferença é descomunal. O governo pode até arrecadar mais com uma empresa exportadora. Mas e a população pobre?

Ela não se beneficia com os empregos gerados por essas empresas? Pouco. Esse é um problema histórico. Em um de seus últimos artigos, chamado *Revisitando o Subdesenvolvimento*, Celso Furtado escreveu sobre o desenvolvimento tentado no Nordeste, nos anos 80, por meio da industrialização. Não reduziu as mazelas locais. Criaram-se condições para a instalação de um tipo de indústria que chegou com tecnologia avançada e foi incapaz de absorver a mão de obra local, porque a oferta de postos era baixa e o trabalhador não tinha qualificação. Hoje, uma

empresa se instala no Nordeste e gera só 100, 200 empregos. O grosso da população necessitada não é beneficiado.

Celso Furtado também já falava de todos esses problemas 50 anos atrás, quando criou a Sudene para tirar o Nordeste do atraso. Até quando os nordestinos terão de esperar para ter uma vida melhor? Difícil saber. Historicamente, o Estado brasileiro teve uma atitude ambígua. Jogou recursos na indústria do Sul e deixou o Nordeste nas mãos dos coronéis. Até hoje é assim. Pegue os recursos repassados pelo governo para a pesquisa científica nas universidades federais. Há uma diferença brutal entre o que chega ao Nordeste e ao Sul e Sudeste. Junte as outras questões históricas, a predominância da cultura açucareira na região costeira e o latifúndio improdutivo no sertão, e você tem um bom conjunto de causas da continuidade do atraso. A cultura do açúcar, que sempre pagou salário de fome aos trabalhadores, gerou miséria na região que tinha clima e solo mais adequados à sua produção.

O sr. estuda diferenças regionais em outros países. Pode dar um exemplo de equalização bem-feita? Os indicadores sociais da Índia são sofríveis. Mas o Estado de Kerala (*região sul do país*) sobressai como um oásis de Primeiro Mundo. Ali, o poder público baseou sua atuação em políticas sociais fortes nos últimos 50 anos. A redução da pobreza foi maior do que em qualquer outra parte da Índia. Houve distribuição equitativa de terras, expansão da educação básica e dos serviços de saúde. Hoje, 40% do orçamento de Kerala é destinado a investimentos esociais diretamente pelos moradores de cada cidade, cada aldeia. A alfabetização chega a 96%, ante a média nacional de 70%. A mortalidade infantil é de 16 por 1.000 em Kerala e 74 por 1.000 na Índia. É um caso de transformação radical de uma realidade que um dia foi semelhante à do Nordeste. ●

FÁBIO MOTTA/VE



SEGUNDA, 20 DE JULHO

## Sem motor de arranque

●● É divulgada pesquisa da FGV sobre avanços e lentidões do Nordeste. Os dados revelam que a renda da população mais carente do Brasil cresceu, mas isso ainda não significou grande melhora na qualidade de vida, nem contribuiu para o desenvolvimento sustentável.

## O atraso no Nordeste é desigual nos Estados. Sergipe e Rio Grande do Norte têm desenvolvimento socioeconômico mediano, e Maranhão e Piauí, mínimo. Por que?

Maranhão e Piauí padecem por serem comandados por oligarquias há muito tempo. A Bahia escapou disso porque recebeu o polo petroquímico de Camaçari. No Maranhão, você anda por São Luís e até sente um ar modernizador. Mas o interior é um horror. O Piauí é o Estado mais marginalizado de uma região marginalizada. Nunca entrou na rota de investimento nenhum e, ao contrário dos outros Estados, apresenta uma precariedade generalizada, sem ilhas de progresso. Sergipe é um Estado menor, com população pequena. Tem petróleo, e nos últimos anos pôde desfrutar de uma sequência de governos estaduais atentos às questões sociais. O Rio Grande do Norte se beneficiou de investimentos pesados em turismo, embora eu não acredite que o turismo seja a salvação do Nordeste.

Por que? O turismo não tem essa força toda, emprega pouca gente. Em Natal funciona, mas a que custo? Essa política do turismo no Nordeste começou nos anos 80 com o dinheiro público barato financiando poucos grupos empresariais. Mais recentemente temos a venda de grande parte do litoral a empreendedores estrangeiros que vêm construir condomínios particulares, resorts. No começo o dinheiro fica, gera emprego e renda. Mas depois começa a voltar (*aos países de origem dos investidores*).

Diante de tantos problemas, o Bolsa-Família é suficiente? Ao mesmo tempo, é por causa dele que a população do presidente Lula é maior no Nordeste. O programa estaria causando certa letargia na população, que se sente satisfeita e deixa de cobrar do governo aqueles investimentos realmente capazes de lhe tirar da eterna vida severina? O Bolsa-Família é fundamental em um País em que as elites sempre ignoraram as premissas dos pobres. Mas não deve se perpetuar. Espero que mais para a frente o Brasil não precise do Bolsa-Família. Neste momento, porém, ele cumpre bem um papel: faz com que a população desassistida tenha um excedente mínimo de dinheiro, impulsiona o consumo de bens industriais, movimenta a economia e sinaliza um futuro melhor para o País. Agora, não concordo que o programa anestesie as pessoas. Com o nível de informação que possui, a população pobre tem dificuldade de perceber a complexidade do Brasil. Os pobres não estão pensando em investimentos em programas educacionais que poderão surtir efeito daqui a 20 anos. Suas demandas são imediatas: alimento, roupa. E nisso a vida do nordestino melhora. ●

# A irredutível economia da escravidão

Há um cativo embutido nas artimanhas do trabalho livre legado pela abolição. E resiste ao tempo

**José de Souza Martins\***

Uma grave pendência da história social brasileira se manifesta com frequência em episódios de violação de direitos nas relações de trabalho. Como o que ocorreu em São Francisco de Itabaiana, no Rio de Janeiro, quando o Grupo Móvel de Fiscalização libertou 105 homens que trabalhavam em cativeiro. O endividamento forçado de trabalhadores para obrigá-los ao trabalho, com práticas de extorsão e, literalmente, de roubo, mediante manipulação de preços dos fornecimentos ou aviamentos, como alimentos, vestuário e até ferramentas, tem constituído técnica de cerceamento da liberdade e dos direitos da pessoa que trabalha. O Brasil já violou a liberdade dos índios escravizados que foram libertados em 1757. Ao deixar pela metade a abolição de 1888, deixou aberto o caminho para a nossa terceira escravidão: a maioria dos trabalhadores libertados agora no Rio, como se vê pelas fotos, é negra e mulata.

É coisa antiga. Desde a revolta dos colônios suíços, no Natal de 1856, trazidos para trabalhar na Fazenda Ibicada, em São Paulo, como substitutos dos negros escravizados, como solução para a escravidão negra que começava a agonizar com o fim do tráfico negreiro em 1850, já se via que a concepção de liberdade dos trabalhadores era restrita e condicionada. Os revoltados foram acusados pelo patrão de serem comunistas, quando o comunismo mal nascia na Europa.

O cativo embutido nas artimanhas e falcatruas da modalidade de trabalho livre que o fim da escravidão nos legou tem se manifestado insistentemente ao longo de mais de século e meio. Euclides da Cunha escreveu sobre o aviamento nos seringaais da Amazônia, num relato muito parecido com o do noticiário de agora sobre o caso do Rio. A partir dos anos 1970, os da expansão territorial da economia brasileira para a região amazônica, as denúncias de ocorrên-

cia de trabalho escravo se multiplicaram. As jornalistas inglesas Sue Branford e Oriek Glock, longamente familiarizadas com o Brasil, estimaram que naquele período mais de 400 mil pessoas estiveram submetidas à escravidão na derrubada da mata para abertura de novas fazendas naquela região. As violências denunciadas à Polícia Federal, naquele período, e apuradas, eram brutalmente maiores do que as sofridas pelo escravo na escravidão negra. Havia uma razão para isso: negro cativo era capital imobilizado de seu senhor. Feri-lo, aleijá-lo ou matá-lo era irracional prejuízo. No caso da escravidão atual, a escravidão é temporária e é mecanismo para reter o cativo enquanto se faz a derrubada, a colheita de um produto ou o corte da cana. Se ele morre, pode ser

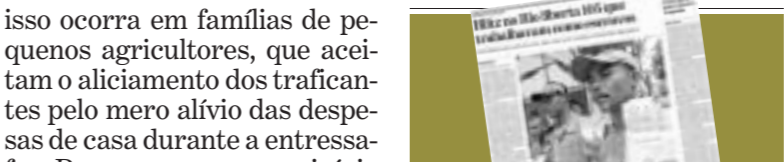
O ESCRAVO NEGRO, UM PATRIMÔNIO, VALIA MAIS QUE O CATIVO DESCARTÁVEL ATUAL

substituído por outro, sem nenhum prejuízo para quem o aceita. Foram encontrados casos que iam desde o tronco, da chibata, da tortura, da humilhação, da mutilação até o assassinato puro e simples. Em julho de 1990, este jornal noticiava o assassinato de quatro trabalhadores escravizados numa fazenda de Parapoebas, no Pará. Um trabalhador fugiu e conseguiu avisar a polícia, que encontrou restos carbonizados de um dos trabalhadores mortos jogados como ração no chiqueiro dos porcos. O círculo de horrores se estendeu por casos de trabalhadores feridos, amarrados em árvores, expostos a fogueiras-de-fogo em feridos nos testículos e jogados em rios que tem piranha.

Neste caso do Rio, 80 dos trabalhadores eram procedentes da Bahia. No conjunto dos casos que têm ocorrido no Brasil, o Nordeste é majoritariamente a região de recrutamento desses trabalhadores. Não é raro que



SERVIDÃO HERDADA - Em nossa 'terceira escravidão', a maioria dos trabalhadores libertados no Estado do Rio de Janeiro ainda é negra e mulata



SEGUNDA, 20 DE JULHO

## Blitz policial na senzala

●● Agentes do Ministério do Trabalho e da PF libertam 105 cortadores de cana submetidos a condições semelhantes às de escravos em São Francisco de Itabaiana, RJ. Os empregadores, Amaro Borges Fernandes e Jorge Fernandes Francisco, responderão a processo.

liar, aquela em que qualquer mísero salário é bem-vindo como complemento de uma agricultura rústica e de uma vida no limiar da economia moderna.



SEGUNDA, 20 DE JULHO

## Blitz policial na senzala

●● Agentes do Ministério do Trabalho e da PF libertam 105 cortadores de cana submetidos a condições semelhantes às de escravos em São Francisco de Itabaiana, RJ. Os empregadores, Amaro Borges Fernandes e Jorge Fernandes Francisco, responderão a processo.

liar, aquela em que qualquer mísero salário é bem-vindo como complemento de uma agricultura rústica e de uma vida no limiar da economia moderna.

# Confisco de bens: velho conceito na ordem do dia

Para dismantelar grupos criminosos, a asfixia econômica continua sendo a estratégia mais eficaz

**Sergio Fernando Moro\***

Durante a semana foi noticiada na imprensa decisão judicial que, na Operação Satiagraha, ordenou a liquidação do Fundo de Investimento Opportunity. Posteriormente, logrou-se por recurso a suspensão da liquidação. Sem avaliar o acerto ou desacerto de tal medida, o acontecimento oferece oportunidade para algumas reflexões sobre as tendências contemporâneas do Direito Penal.

No Direito Penal atual, pretende-se fazer valer o velho adágio de que "o criminoso não compensa". Constatou-se que não basta, para prevenir ou reprimir o crime, a imposição de prisão ao criminoso. O que é essencial é privá-lo dos ganhos decorrentes de sua atividade, ou seja, sequestrar e confiscar o produto do crime. Não se trata de estratégias alternativas, ou seja, prisão sem confisco ou confisco sem prisão. Prisão e confisco se complementam, devendo cada criminoso ser punido na medida de sua culpa.

A criminalização da lavagem de dinheiro, punindo quem oculta ou dissimula produto de crime, insere-se nesse contexto, pois incrementa as chances de confisco do produto do cri-

me. O objetivo é isolá-lo. Na feliz expressão do jurista alemão Kai Ambos, o criminoso "deve, no verdadeiro sentido da palavra, permanecer sentado em seu capital sujo". Cabe acrescentar: sentado até que a Justiça retire o seu assento.

Essa nova política criminal é importante em relação ao crime organizado. Pessoas, mesmo líderes, em grupos criminosos organizados podem ser substituídas. Para dismantelar grupos criminosos, a asfixia econômica é a estratégia mais eficaz. Também é relevante para crimes econômicos, impedindo que o produto destes origine vantagens injustas em um mercado cada vez mais competitivo.

Nesse contexto, tornam-se cada vez mais comuns processos judiciais nos quais são confiscadas propriedades de valores milionários. Por exemplo, em ação criminal já julgada perante a Justiça Federal da 4.ª Região, tendo por objeto crime de tráfico de drogas e de lavagem de dinheiro, foram confiscados bens de cerca de R\$ 10 milhões, incluindo um helicóptero, oito automóveis, dois apartamentos, dez fazendas e até um edifício. O produto do crime deve ser devolvido à vítima. Para crimes cuja vítima é toda a

sociedade, como o tráfico de drogas, o produto do crime reverte aos cofres públicos.

Essa nova política criminal não deve ser apenas retórica e precisa ter consequências práticas no processo penal. Um processo que se esgote na prisão quer igualmente se persiga o confisco do produto do crime. Na investigação, não será suficiente colher provas do crime e de seu autor. Será necessário identificar o produto do crime e a sua localização. Na persecução, não será necessário apenas provar a culpa do acusado e aplicar-lhe a pena, será também necessário promover o sequestro do produto do crime, provar essa condição do bem e aplicar o confisco.

Essa nova política criminal exige igualmente a atualização da legislação. Vários países adotaram regras específicas para o confisco do produto de crimes graves. Nos Estados Unidos e no Reino Unido, ilustrativamente, a lei deixa claro que a carga de prova exigida para o confisco é menor do que a exigida para a condenação criminal. Para esta última, é necessária prova acima de qualquer dúvida razoável, enquanto para o confisco basta demonstrar a prepon-



SATIAGRAHA - Justiça determina o sequestro do complexo de fazendas de Dantas: além da terra, os bois



QUARTA, 22 DE JULHO

## Teia rural confiscada

●● Em mais um capítulo da Operação Satiagraha, o juiz Fausto De Sanctis decreta o sequestro do complexo agropecuário de Daniel Dantas. Relatórios da PF mostram indícios de lavagem de dinheiro em negócios envolvendo centenas de milhares de cabeças de gado.

derância da probabilidade de que o bem seja produto do crime, com parâmetro de julgamento igual ao aplicado para os processos civis.

A legislação desses países também estabelece presun-

Por esse meio, os mais pobres continuam subsidiando, com seu trabalho sazonal barato, a economia rica de setores prósperos da agricultura e mesmo da indústria. É muito provável que o Bolsa-Família, ao entrar na economia com essa mesma função de baratear o trabalho dos pobres, apenas acentue a vulnerabilidade das vítimas dessa exploração.

A economia dual brasileira, que articula dinamicamente a economia da pobreza com a economia da prosperidade, a economia da servidão com a economia moderna, apenas repete o que vem ocorrendo em outros países. Segundo dados apurados pela OIT – Organização Internacional do Trabalho, a escravidão movimenta hoje no mundo milhões de dólares e se tornou um atraente negócio de traficantes de mão de obra e de empresas que atuam aquém das regras do direito.

No Brasil, o governo Fernan-

do Henrique Cardoso, logo no início, criou o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado. E foi no último ano de seu governo que se preparou o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, entregue pronto e definido ao presidente Lula. Essa terceira abolição da escravatura, no entanto, iniciada no governo anterior, emperrou no atual governo. As medidas sugeridas por uma comissão federal de alto nível, em 2002, foram ignoradas. Enquanto for mais barato pagar a multa do que cumprir a lei, tudo ficará como sempre esteve. Se alguma coisa ainda se faz é o que já vinha fazendo o Grupo Móvel de Fiscalização, que até hoje não recebeu nem medalhas nem elogios. ●

\*Professor emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Autor de *Fronteira - A Degradação do Outro nos Confins do Humano* (Contexto, 2009)

WILTON JUNIOR/AE

\*Juz federal em Curitiba na vara de crimes de lavagem de dinheiro e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná